



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FLORIANO
ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANO PIAUÍ 2022- 2024.

Nos termos da lei 8.142/90 e da resolução numero 33 do conselho nacional de saude e da lei nº 035/91 que criou o conselho municipal de saude de Floriano/Pi e lei 1105/2021 que dispoe sobre a prorrogação do mandato dos membros do conselho municipal de saude para o bienio 2019/2021, ate 31 de janeiro de 2022. De acordo com a deliberação do conselho municipal de saude em reuniao ordinaria no dia 03 de novembro de 2021, ficam convocados todas as instituições interessadas em participar da eleição para compor os membros do conselho municipal de saude de floriano piaui bienio 2022 a 2024, que sera realizada no auditorio da secretaria municipal de saude de Floriano, localizado na avenida euripedes de aguiar nº 592, centro, durante o dia 31 de janeiro de 2022.

O Conselho Municipal de Saúde publica o presente EDITAL com o objetivo de regulamentar a eleição da representação das entidades e dos movimentos sociais dos usuários do Sistema Único da Saúde, das entidades de profissionais e trabalhadores de saúde, bem como a indicação dos representantes do governo e das entidades prestadoras de serviços de saúde no Conselho Municipal de Saúde de Floriano Piauí.

DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Regulamentar o processo eleitoral definição dos conselheiros municipais de saúde para o mandato do período de 01 de fevereiro de 2022 a 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º. A função de Conselheiro Municipal de Saúde não é remunerada, sendo considerada de relevante interesse público, conforme art. 4º da Lei Municipal 035/91.

Art. 3º. As eleições do Conselho Municipal de Saúde reger-se-ão a partir da publicação deste edital de convocação na imprensa oficial domunicípio.

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 4º. A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde não pode ser representante dos (as) usuários (as) ou de trabalhadores (as).

DOS ELEGÍVEIS

Art. 5º. Serão elegíveis:

- I- Representantes de Entidades de Usuários legalmente constituídas, comprovada essa condição por meio do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II- Trabalhadores no Serviço de Saúde Pública do Município, com vínculo ativo;
- III- Representantes dos prestadores de serviço ao SUS com contrato ou convenio ativo.

DAS VAGAS

Art. 6º. A composição do conselho municipal de saúde obedecerá o que estabelece o artigo 3º da lei municipal 035/90, sendo as vagas serão distribuídas da seguinte forma.

- I. Três (03) representantes do governo, sendo um(01) indicado pela comissão de saúde da câmara e dois(02) indicados pelo prefeito, observado o disposto no parágrafo único do artigo 163 da lei orgânica do município.
- II. Quatro(4) representantes dos profissionais de saúde indicados pela associação profissionais ou sindicato respectivos.
- III. Três(3) representantes dos prestadores de saúde indicados por suas instituições.
- IV. Dez(10) representantes dos usuários indicados por suas entidades representativas.

§ 1º Na composição da suplência o representante poderá ser no processo de composição representado por entidade diferente do título, desde que respeite todos os requisitos estabelecido na lei 035/91.

DO PROCESSO ELEITORAL

Da Divulgação

Art. 07. Caberá à Comissão Eleitoral a divulgação da lista dos candidatos à conselho municipal de saúde com no mínimo dez dias de antecedência do pleito.

§ 1º. A lista com os nomes dos candidatos deverá ser afixada em local visível e de amplo acesso à população.

Das Inscrições

Art. 8º. Cada entidade que queira participar do processo eletivo deverá entregar envelope contendo ofício com a indicação de um candidato titular e seu respectivo suplente endereçado a comissão eleitoral do Conselho Municipal de Saúde, com sede na secretaria municipal de saúde situada na avenida Eurípedes de Aguiar nº 592, centro de Floriano/Pi.

§ 1º. O período de inscrição dos candidatos será de 01 de janeiro à 25 de janeiro do

corrente ano, no horário das 8:00 às 13:30 horas, segunda a sexta-feira, com a isenção do recolhimento de qualquer taxa, no Conselho Municipal de Saúde, com sede na secretaria municipal de saúde situada na avenida Eurípedes de Aguiar nº 592, centro de Floriano/PI.

§ 2º. No ofício que se refere esse artigo deverão constar os dados cadastrais dos indicados conforme requerimento disponível no local de inscrição.

§ 3º. O envelope deverá conter como anexos o estatuto da entidade devidamente registrado em cartório, ata de eleição da diretoria com o mandato em vigor e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com situação cadastral ativa e regularizada.

Art. 9º. A Comissão Eleitoral promoverá o deferimento das inscrições somente daqueles candidatos cuja entidade preencher os quesitos.

Art. 10º. A Comissão Eleitoral divulgará o deferimento das inscrições dos candidatos até 3 (três) dias úteis após o término do período das inscrições.

Art. 11. São motivos de indeferimento de inscrição de candidatos à representação no segmento de usuários que sejam funcionários públicos ou funcionários de órgãos e entidades da rede contratada ou conveniada ao SUS.

Parágrafo Único. Os nomes dos candidatos cujas inscrições foram indeferidas pela Comissão Eleitoral estarão disponíveis na sala do Conselho Municipal de Saúde para possíveis recursos.

Da Eleição

Art.12. A primeira reunião entre os membros indicados para compor o CMS será dia 01 de fevereiro de 2022 às 09:00hs no auditorio da sede secretaria municipal de saúde, ocasião em que será eleito entre seus integrantes a diretoria do CMS para o biênio 2022 a 2024 conforme previsto no artigo 5º do regimento interno do conselho municipal de saúde Floriano.

Parágrafo único. A eleição será por voto secreto, expressado através de cédula com o número e nome dos candidatos titulares e suplentes e as entidades as quais representam.

Art. 13. Antes do início da votação, a urna será conferida, obrigatoriamente, pela Mesa Receptora de Votos e pelos fiscais.

Art. 14. A Cédula de Votação será rubricada por, no mínimo, 02 (dois) membros da Mesa Receptora de Votos.

Art. 15. Cada eleitor antes de receber a cédula para a votação deverá se identificar perante o mesário, apresentando documento de identidade ou documento oficial com foto.

Art. 16. O eleitor preencherá seu voto em local secreto e depositará sua cédula em uma urna colocada na Mesa Receptora de Votos, podendo votar apenas um candidato, de acordo com seu segmento.

Da forma de votação

Art. 17. A votação será feita por segmento, da seguinte forma:

- I- Os representantes do segmento de usuários do SUS votam, por meio de seus delegados - ou suplentes na ausência deste - indicados pela entidade representativa, apenas nessa categoria;
- II- Os representantes do segmento dos trabalhadores na Saúde Pública do Município e os representantes do segmento dos prestadores de serviços aos SUS serão indicados pela gestão;
- III- § 1º. Na hora prevista para o término do processo eletivo, os eleitores presentes no local que ainda não tenham votado receberão senhas rubricadas pelo presidente da sessão eleitoral, para que possam participar do processo de votação.

Art. 18. Problemas surgidos durante o processo de votação serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 19. Os casos omissos referentes ao processo eleitoral, não previstos neste edital, ou dúvidas provenientes de sua interpretação serão decididos pela Comissão Eleitoral, que estará presente durante todo o tempo da realização da eleição.

Art. 20. A votação e a apuração dos votos poderão ser acompanhadas e fiscalizadas por fiscais indicados pelos segmentos, desde que os seus nomes sejam encaminhados à Comissão Eleitoral até três dias antes da realização da eleição.

Art. 21. Após o encerramento da votação, o secretário da Comissão Eleitoral deverá lavrar a Ata da Eleição que constará as ocorrências do dia.

Parágrafo Único. A Ata da Eleição, uma vez lavrada, lida e aprovada, será assinada pelo Coordenador da Mesa e pelo Secretário.

Da Apuração

Art. 22. O processo de apuração dos votos será feito logo após o término do processo de votação.

Art. 23. Em caso de empate na votação, será aclamado vencedor:

I- No caso das entidades de usuários a que contar com maior tempo de constituição, comprovado por meio hábil;

II- No caso dos trabalhadores da saúde, o mais velho;

III- No caso dos prestadores de serviço do SUS, o que contar com maior tempo de serviços prestados.

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS E DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

Art. 24. Após o processo de apuração, os candidatos mais votados, dentro dos

respectivos segmentos, serão proclamados conselheiros eleitos.

Art. 25. O prazo de impugnação de qualquer ato do Processo Eletivo será de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 26. Caso seja impugnada a indicação de quaisquer dos conselheiros eleitos, a entidade ou movimento social ao que representam será desclassificado do processo eleitoral, devendo ser proclamado o representante da entidade subsequente de acordo com a quantidade de votos.

Art. 27. Caso não haja qualquer tipo de impugnação no período supracitado, a Comissão Eleitoral encaminhará por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, os nomes dos representantes eleitos para Conselheiros e os nomes dos seus respectivos suplentes.

Art. 28. Ao término do período de impugnação, não havendo recursos impetrados dentro do prazo, o presidente do Conselho Municipal solicitará ao chefe do executivo a nomeação dos conselheiros eleitos, por meio de ato formal.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Floriano 30 de Dezembro de 2021.

Presidente do Conselho Municipal de Saúde